

---

**MM. Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital/SP**

**Processo nº:** 1005733-67.2020.8.26.0053

**Classe:** Procedimento Comum Cível

**Assunto:** Anulação de Débito Fiscal

**Requerente:** SPS – Suprimentos para Siderurgia Ltda.

**Requerida:** Fazenda Pública do Estado de São Paulo

LEONEL CARLOS DIAS FERREIRA, Perito Contábil<sup>1</sup> inscrito no CRC/SP sob o nº 1 SP 305.622/O-5 e no CNPC/CFC sob o nº 4.188, este honrosamente designado para realizar o exame pericial contábil conforme determinado em fl. 98 dos autos do processo em epígrafe, em atendimento aos termos estabelecidos em decisão proferida em mesma fls. dos autos do Procedimento Ordinário, vem mui respeitosamente à presença de V. Ex.<sup>a</sup> apresentar o seu:

# LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

---

<sup>1</sup> <http://www.tjsp.jus.br/auxiliaresjustica/auxiliarjustica/consultapublica/perfil/3946>

## SUMÁRIO

1.	Considerações Preliminares.....	3
1.1	Resumo da Lide .....	3
1.2	Deferimento, objeto e objetivo da Perícia.....	4
1.3	Procedimentos periciais adotados e da força probante dos elementos.....	5
1.4	Cumprimento do Termo de Solicitação de Elementos .....	8
1.4.1	Acerca do não atendimento do Termo de Solicitação de Elementos.....	9
1.4.2	Da análise dos documentos juntados aos autos do processo .....	9
2.	Aspectos técnicos e balizas teóricas.....	11
2.1	Declaração de Inconstitucionalidade: Afastamento da taxa de juros previstas na Lei Estadual de São Paulo nº 13.918/09 .....	11
3.	Constatações e Análises Periciais .....	13
3.1	Do valor exigido.....	13
3.2	Da constituição das atualizações e juros do principal e multa punitiva.....	14
3.3	Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas em cotejo com a Taxa SELIC .....	14
4.	Considerações finais .....	17
5.	Encerramento .....	18

## TABELAS

Tabela 1: Anexo ao AIIM nº 4.037.656-4 de 26/02/2014 (fl. 182 dos autos).....	13
Tabela 2: Recálculo do Anexo ao AIIM nº 4.037.656-4 em 26/02/2014 .....	15
Tabela 3: Resumo da comparação entre Juros e Multa do AIIM Original em cotejo com o Recálculo (Taxa SELIC) .....	16

## FIGURAS

Figura 1: Taxa SELIC acumulada extraída do SICALC (Programa de Atualização Débitos da RFB).....	15
Figura 2: CDA nº 1206810346 acostada à fl. 349 dos autos (emitida em 06/01/2021) .....	23
Figura 3: Taxa SELIC acumulada extraída do SICALC (Programa de Atualização Débitos da RFB) .....	24

## APÊNDICES

Apêndice A: Respostas aos Quesitos da Requerente .....	19
Apêndice B: Respostas aos Quesitos da Requerida .....	26

## 1. Considerações Preliminares

### 1.1 Resumo da Lide

Conforme depreende-se da leitura dos autos do processo em epígrafe, trata-se de Ação Ordinária com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela ajuizada por **SPS – Suprimentos para Siderurgia Ltda. (SPS ou Requerente)** em face da **Fazenda Pública do Estado de São Paulo (FESP ou Requerida)**, distribuídos sob o número **1005733-67.2020.8.26.0053**, para cuja síntese dos fatos a seguir se apresenta, extraída da inicial e das demais peças do processo.

Expõem-se que a **Requerente** foi autuada em vinte e seis de fevereiro de 2014 por meio do **AIIM 4.037.656-4** em razão de supostas infrações ao regulamento do ICMS, tendo sido inscrito em dívida ativa (**CDA n° 1.206.810.346**) em janeiro de 2016.

Precipuamente, alega-se que a **FESP** exige no AIIM *sub judice* juros e multa punitiva indevidos em razão da atualização dos débitos com base Lei Estadual 13.918/2009, estabelecendo juros de 0,13% ao dia, em detrimento da limitação aos patamares da Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), consoante julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.000, restringindo assim o objeto da controvérsia instada na presente ação. Em suma, requer-se que seja julgada procedente a demanda, sendo recalculados os valores exigidos a título de juros de mora do principal, da multa punitiva, dos juros de mora da multa punitiva e dos demais encargos cobrados na CDA, condenando a **FESP** ao ônus de sucumbência. Documentos juntados às fls. 17/45 dos autos.

Em decisão de fls. 51/52 dos autos, a MM. Juíza indefere os pedidos iniciais em virtude da ausência do depósito do montante integral do qual a **Requerente** entende devido, motivo pelo qual não foi proferida a suspensão da exigibilidade do débito fiscal. A contestação, de fls. 58/69 dos autos, refuta os argumentos da exordial, fundamentando-se na fase de cobrança executiva da CDA em comento, sobretudo, aduzindo que a metodologia desenvolvida para apuração das taxas diárias de juros e atualização monetária respeitaram as regras de incidência dos encargos praticados pela **FESP**, requerendo a improcedência da ação.

Sequencialmente, em réplica de fls. 73/90, a **SPS** reitera a inicial, restringindo a demanda à recomposição de todo o débito exigido, de modo que todas as correções e atualizações aplicadas obedeçam ao limite da Taxa SELIC acumulada, requerendo desde já produção de prova pericial técnica. Aberto o pedido de especificação das provas (fl. 91), a **FESP** nada requer (fl. 94) enquanto a **SPS** reitera o pedido da prova pericial contábil (fl. 95/97), sendo deferida assim à fl. 98 dos autos, fazendo jus ao mister que se segue com todas constatações e conclusões técnicas adiante.

## 1.2 Deferimento, objeto e objetivo da Perícia

Tendo em vista a discordância entre as partes quanto aos valores efetivamente devidos pela **Requerente**, sobretudo as aplicações das correções e juros de mora acima dos patamares da Taxa SELIC, instaurou-se dúvida que ensejou o deferimento de prova pericial pelo Juízo em 19/05/2020, à fl. 98 dos autos, tendo o despacho saneador o seguinte teor:

**Fls. 98 dos autos do processo em epígrafe:**

“(…)

Fls.95/97 – Diante do requerimento de produção de prova pericial contábil, nomeio o Sr. Leonel Carlos Dias Ferreira, perito contador, que deverá ser intimado em [flpc@flpc.com.br](mailto:flpc@flpc.com.br).

(…)

Em referência ao deferimento, assim é o pedido da **Requerente**:

**Fls. 95/97 dos autos do processo em epígrafe:**

“(….) necessidade da realização de prova pericial contábil, no intuito de averiguar e auferir os valores INDEVIDAMENTE cobrados pelo Requerido, na CDA nº 1.206.810.346, para ao final comprovar a inobservância da aplicação da Taxa Selic não somente na composição dos Juros da Multa Punitiva, mas também na correção da base de cálculo da própria multa punitiva.

Em relação à aplicação da Taxa Selic, a perícia poderá comprovar que esta não se encontra corretamente aplicada em todos os débitos exigidos pela CDA, pois todas as atualizações e correções superam em muito a Taxa SELIC, isto em relação ao principal, a multa moratória e na própria composição da base de cálculo da multa moratória.

(…)

Tendo em vista o teor do despacho, a **Perícia** identificou aos Autos as questões apresentadas:

- (i) Pela **Requerida** às fls. 101/104, 06 quesitos e a indicação de Assistente-Técnico **Ranulfo Teixeira Júnior** – CRC nº 1SP 263.970/O-9;
- (ii) Pela **Requerente**, às fls. 133/134, 12 quesitos sem indicação de Assistente-Técnico.

A **Perícia** informa que questões que sejam estranhas ou excedam o escopo da Perícia em tela não serão objeto de avaliação, ressalta ainda, que questões de mérito são facultadas a avaliação somente do Juízo e, portanto, também não serão abordadas ao Laudo Pericial Contábil.

### 1.3 Procedimentos periciais adotados e da força probante dos elementos

O presente trabalho foi estruturado a partir de bases provenientes das normas contábeis disseminadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), das práticas contábeis, dos conceitos da matemática financeira atinentes e do atendimento às normas relativas à elaboração e apresentação de documentos técnicos consignados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Desse modo, a condução dos trabalhos foi marcada pela estrita observância das diretrizes contidas na Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais de Perícia Contábil (**NBC TP 01 (R1)**, aprovada em 19/03/2020 e a **NBC PP 01 (R1)**, aprovada em mesma data) e do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16/03/2015), o qual versa, em seu art.473<sup>2</sup>, sobre os requisitos legais e aspectos formais pertinentes à produção de um documento pericial.

A prática de tais expedientes se deve, em suma, porque as Normas Brasileiras de Contabilidade oferecem metodologia de trabalho capaz de permitir a este signatário emitir opinião técnica sobre temas de sua especialidade à luz de seu conteúdo fático e por necessidade de atendimento ao disposto no art. 473 retro. Nos termos das normas vigentes, a **Perícia Contábil** constitui um conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a apresentar evidências capazes de opinar e subsidiar a justa solução de litígios ou constatação de fatos mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, sendo uma competência exclusiva do Contador. A confecção da prova deferida observou os procedimentos periciais aplicáveis à lide, o que inclui o Planejamento dos Trabalhos com a Definição de seus Objetivos, o Desenvolvimento das Etapas necessárias à sua Conclusão, com apoio de equipe técnica capacitada. As opções técnicas e os conceitos observados nas posições e conclusões apresentadas correspondem à opinião sob a ótica exclusivamente contábil deste **Perito** aplicável à situação fática constatada, tendo em vista os documentos apresentados e nos limites daquilo que se avaliou. Para a realização deste trabalho pericial, foram analisados e verificados os elementos juntados aos autos e/ou fornecidos pelas Partes.

<sup>2</sup> Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

- I - a exposição do objeto da perícia;
- II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;
- III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
- IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.
  - § 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.
  - § 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.
  - § 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

Quanto à **força probante** dos elementos oferecidos à Perícia, a escrita contábil tem prioridade e eficácia probatória atestada no Direito Civil e Processual Civil contemporâneos:

#### Código de Processo Civil/2015

**Parte Especial | Livro I: Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença |**

**Título I: Do Procedimento Comum | Capítulo XII: Das Provas**

**Seção VII: Da Prova Documental | Subseção I: Da Força Probante dos Documentos**

**Art. 417.** Os livros empresariais provam contra seu autor, sendo lícito ao empresário, todavia, demonstrar, por todos os meios permitidos em direito, que os lançamentos não correspondem à verdade dos fatos.

**Art. 418.** Os livros empresariais que preencham os requisitos exigidos por lei **provam a favor de seu autor no litígio entre empresários.**

**Art. 419.** A **escrituração contábil é indivisível**, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

#### Código Civil/2002

**Parte Geral | Livro III: Dos Fatos Jurídicos | Título IV: Da Prova**

**Art. 226.** Os livros e fichas dos empresários e sociedades **provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.**

**Parte Especial | Livro II: Do Direito de Empresa | Título III: Do Estabelecimento**  
**Capítulo IV | Da Escrituração**

**Art. 1.179.** O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

**Art. 1.180.** Além dos demais livros exigidos por lei, é **indispensável o Diário**, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

**Art. 1.181.** Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. (**Requisitos extrínsecos da Escrituração Contábil**).

**Art. 1.182.** Sem prejuízo do disposto no art. 1.174, a escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade.

**Art. 1.183.** A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

**§ Único.** É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado. (**Requisitos intrínsecos da Escrituração Contábil**).

**Art. 1.184.** No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

**§ 1º.** Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

**§ 2º.** Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

**Art. 1.185.** O empresário ou sociedade empresária que adotar o sistema de fichas de lançamentos poderá substituir o livro Diário pelo livro Balancetes Diários e Balanços, observadas as mesmas formalidades extrínsecas exigidas para aquele.

**Art. 1.186.** O livro Balancetes Diários e Balanços será escrito de modo que registre:

- I – a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo, em forma de balancetes diários;
- II – o balanço patrimonial e o de resultado econômico, no encerramento do exercício.

**Art. 1.188.** O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo.

**Art. 1.189.** O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo.

**Art. 1.192.** Recusada a apresentação dos livros, nos casos do artigo antecedente, serão apreendidos judicialmente e, no do seu § 1º, ter-se-á como verdadeiro o alegado pela parte contrária para se provar pelos livros.

**§ Único.** A confissão resultante da recusa pode ser elidida por prova documental em contrário.

**Art. 1.193.** As restrições estabelecidas neste Capítulo ao exame da escrituração, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.

**Art. 1.194.** O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência no tocante aos atos neles consignados.

#### 1.4 Cumprimento do Termo de Solicitação de Elementos

Conforme fl. 112, a **Perícia** apresentou termo de solicitação de elementos em 20/08/2020, no intuito de obter subsídios para responder aos quesitos apresentados, a seguir apresenta-se a lista dos itens solicitados e a indicação do atendimento ou não dos mesmos:

**Quadro 1:** Aferição quanto ao cumprimento do Termo de Solicitação de Elementos

Item	Descrição	Parte	Data da Solicitação	Folhas do processo / Id.	Atendido
i	Disponibilização dos .TXTs e/ou .XMLs de todas as NF-e emitidas e recebidas relativas às operações citadas no AIIM de nº 4.037.656-4, providenciando a relação das respectivas chaves de acesso/códigos de verificação;	Requerente	20/08/2020	Fls. 112 Fls. 171	Não
ii	Cópia integral da Certidão de Dívida Ativa (CDA) mencionada na lide;	Requerente	20/08/2020	Fls. 112 Fls. 171	Sim
iii	Quaisquer outros dados, documentos ou informações necessárias ao completo esclarecimento das questões objeto da lide; e	Requerente	20/08/2020	Fls. 112 Fls. 171	Sim
iv	Nome e endereço eletrônico de e-mail do responsável pelos elementos solicitados supra, a quem este <b>Perito</b> irá dirigir este Termo.	Requerente	20/08/2020	Fls. 112 Fls. 171	Sim
v	Cópia integral com todas as folhas que compõem o processo de ação fiscal que culminou na lavratura do auto de infração relacionado à lide;	Requerente	20/08/2020	Fls. 112 Fls. 171	Sim
vi	Nome e endereço eletrônico de e-mail do responsável pelos elementos solicitados supra, a quem este <b>Perito</b> irá dirigir este Termo.	Requerente	20/08/2020	Fls. 112	Sim
vii	Quaisquer dados, documentos ou informações necessárias ao completo esclarecimento das questões objeto da lide, tendo em vista o(s) ponto(s) controverso(s) eventualmente estabelecido(s) pelo Juízo e os próprios quesitos formulados e/ou questões que queiram ver respondidas, inclusive sua minuta de respostas e/ou apresentação de parecer-técnico; e	Requerente	20/08/2020	Fls. 171	Sim
viii	Quaisquer dados, documentos ou informações necessárias ao completo esclarecimento das questões objeto da lide, tendo em vista o(s) ponto(s) controverso(s) eventualmente estabelecido(s) pelo Juízo e os próprios quesitos formulados e/ou questões que queiram ver respondidas, inclusive sua minuta de respostas e/ou apresentação de parecer-técnico; e	Requerida	20/08/2020	Fls. 171	Parcialmente
ix	Nome e endereço eletrônico de e-mail do responsável pelos elementos solicitados supra, a quem este Perito irá dirigir este Termo.	Requerida	20/08/2020	Fls. 171	Sim

A **Perícia** relata que as partes foram solicitadas a disponibilização de elementos para o transcorrer da prova pericial deferida pelo Juízo, conforme é possível depreender da tabela acima, de posse dos subsídios disponibilizados, passasse a concatenação das conclusões técnicas pertinentes a dissolução dos pontos controvertidos postos aos autos.

#### 1.4.1 Acerca do não atendimento do Termo de Solicitação de Elementos

A **Perícia** esclarece que os documentos solicitados aos termos de solicitação de elementos têm o objetivo de identificar informações que corroborem os argumentos das partes. De tal sorte que a não disponibilização de tal conteúdo impossibilita a constatação dos fatos.

Ainda em relação à não disponibilização de documentos, a **Perícia** enfatiza que a esta não cabe o papel de produção de prova material, e sim, e tão somente, a evidenciação dos fatos levados aos autos do processo, realizando o papel de tradutor técnico para contribuir com a formação de opinião do Juízo.

Dentro do escopo da perícia contábil, via-de-regra, compreendem elementos de prova documentos com fé pública, registros contábeis (livros contábeis, diário, razão, ECD e ECF) acompanhados dos respectivos registros em órgão competente e documentos fiscais emitidos pelas Fazendas Públicas das diferentes esferas acompanhados dos respectivos recibos de transmissão.

Com relação à concatenação de valores quando ausentes elementos com fé pública, a **Perícia** informa que o único meio possível de se apurar valores nestas condições é por meio de arbitramento, que sempre deverá ser objeto de deferimento pelo Juízo. A utilização do arbitramento implicará no aumento ou redução do valor discutido, tendo em vista que são considerados elementos externos à lide. A apresentação de planilhas, relatórios e outros elementos que não possibilitem a confrontação dos elementos supra, hábeis e dotados de fé pública, são considerados documentos apócrifos e, portanto, insuficientes sob a perspectiva de prova pericial.

#### 1.4.2 Da análise dos documentos juntados aos autos do processo

Em momento oportuno a partes trouxeram aos Autos os documentos que entenderam pertinentes para corroborar suas alegações, do teor dos elementos que compõem os autos a **Perícia** selecionou e avaliou detidamente os relacionados a seguir:

A seguir, demonstramos os documentos apresentados pela **Requerente** nos autos:

**Quadro 2:** Documentos apresentados pela Requerente nos autos

Descrição	Folhas / ID
Contrato social	Fls. 22/30
Cópia AIIM nº 4.037.656-4	31/34
CDA nº 1.206.810.346	35

Da mesma forma, demonstramos abaixo os documentos apresentados pela **Requerida** nos autos:

**Quadro 3:** Documentos apresentados pela Requerida nos autos

Documentos apresentados pela Requerida nos autos	Folhas / Id.
CDA n° 1.206.810.346	Fls. 70/72
Cópia do Procedimento Administrativo que enseja o AIM 4.037.656-4	Fls. 180/349

Tratando-se de processo digital, tão logo o presente Laudo Pericial Contábil seja encartado oficialmente aos autos e cumpridas as formalidades de praxe, os I. Assistentes Técnicos, se indicados pelas Partes, poderão ter acesso mediante devida permissão de seus I. Patronos. O desenvolvimento do trabalho pericial foi trilhado por total profissionalismo, aliado à melhor técnica e absoluta imparcialidade, requisito para a confiança desse D. Juízo ao prestigiar o Perito com total deferência, em trabalho cujo resultado é a elucidação com fito de ofertar subsídios para decisão.

Os fatos demonstrados na presente peça estão ilustrados a partir dos Apêndices e Anexos que a acompanham e pela documentação carreada aos autos do processo. A **Perícia** assinala que não se assume qualquer responsabilidade sobre documentos controversos, se suscitados, tampouco sobre aqueles não delimitados ao escopo de atuação desta **Perícia**, muito menos sobre documentos omissos, ou que por qualquer motivo tenham sido ocultados, por ocasião dos trabalhos de campo, e que possam vir a ser trazidos extemporaneamente pelas Partes após o protocolo deste Laudo Pericial Contábil. Ressalta-se que, visando a melhor elucidação dos fatos, poderá trasladar legislação, todavia, jamais enveredando no campo interpretativo da matéria jurídica, exceto aquelas necessárias ao exercício de sua função, sob pena de omitir-se de sua real função.

## 2. Aspectos técnicos e balizas teóricas

### 2.1 Declaração de Inconstitucionalidade: Afastamento da taxa de juros previstas na Lei Estadual de São Paulo nº 13.918/09

O debate entorno do afastamento da incidência da taxa de juros prevista na Lei Estadual de São Paulo nº 13.918/09 foi notável.

Com a redação conferida pela Lei sob exame, a Lei Estadual de São Paulo nº 6.374/89 passou a prevê a multa e os juros incidentes sobre o crédito tributário nos seguintes termos:

#### **Lei nº 6.374, de 01 de março de 1989**

**Artigo 96.** O montante do imposto ou da multa, aplicada nos termos do artigo 85 desta lei, fica sujeito a juros de mora, que incidem:

(...)

II - relativamente à multa aplicada nos termos do artigo 85 desta lei, a partir do segundo mês subsequente ao da lavratura do auto de infração.

**§ 1º** A taxa de juros de mora será de 0,13% (treze décimos por cento) ao dia.

**§ 2º** O valor dos juros deve ser fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia.

**§ 3º** Na hipótese de auto de infração, pode o regulamento dispor que a fixação do valor dos juros se faça em mais de um momento.

**§ 4º** Os juros de mora previstos no § 1º deste artigo, poderão ser reduzidos por ato do Secretário da Fazenda, observando-se como parâmetro as taxas médias pré-fixadas das operações de crédito com recursos livres divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

**§ 5º** Em nenhuma hipótese a taxa de juros prevista neste artigo poderá ser inferior à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente."

Conforme reproduzido acima, nos termos da Lei Estadual de São Paulo nº 13.918/09, o imposto e a multa que sobre ele incide, sujeitam-se a juros de mora com taxa à razão de 0,13% a.d. (treze décimos por cento ao dia), calculados sobre os acréscimos moratórios e sobre os valores das penalidades.

Essa sistemática prevista na legislação do Estado de São Paulo fixa taxa de juros que supera a estipulada pela União e, mesmo que haja a competência legislativa concorrente entre os Estados e União (artigo 24, inciso I, da Constituição Federal), firmou-se o entendimento que a fixação por parte dos Estados-membro não poderá superar ao estipulado pela União. Ante o exposto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), no Incidente de

Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, estabeleceu a incidência da Taxa SELIC como índice a ser observado, em substituição ao estipulado na Lei Estadual em análise:

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE - Arts. 85 e 96 da Lei Estadual nº 6.374/89, com a redação dada pela Lei Estadual nº 13.918/09 - Nova sistemática de composição dos juros da mora para os tributos e multas estaduais (englobando a correção monetária) que estabeleceu taxa de 0,13% ao dia, podendo ser reduzida por ato do Secretário da Fazenda, resguardado o patamar mínimo da taxa SELIC - Juros moratórios e correção monetária dos créditos fiscais que são, desenganadamente, institutos de Direito Financeiro e/ou de Direito Tributário - Ambos os ramos do Direito que estão previstos em conjunto no art. 24, inciso I, da CF, em que se situa a competência concorrente da União, dos Estados e do DF - §§ 1º a 4º do referido preceito constitucional que trazem a disciplina normativa de correlação entre normas gerais e suplementares, pelos quais a União produz normas gerais sobre Direito Financeiro e Tributário, enquanto aos Estados e ao Distrito Federal compete suplementar, no âmbito do interesse local, aquelas normas - STF que, nessa linha, em oportunidades anteriores, firmou o entendimento de que os Estados-membros não podem fixar índices de correção monetária superiores aos fixados pela União para o mesmo fim (v. RE nº 183.907-4/SP e ADI nº 442) - CTN que, ao estabelecer normas gerais de Direito Tributário, com repercussão nas finanças públicas, impõe o cômputo de juros de mora ao crédito não integralmente pago no vencimento, anotando a incidência da taxa de 1% ao mês, "se a lei não dispuser de modo diverso" - Lei voltada à regulamentação de modo diverso da taxa de juros no âmbito dos tributos federais que, destarte, também se insere no plano das normas gerais de Direito Tributário/Financeiro, balizando, no particular, a atuação legislativa dos Estados e do DF - Padrão da taxa SELIC que veio a ser adotado para a recomposição dos créditos tributários da União a partir da edição da Lei nº 9.250/95, não podendo então ser extrapolado pelo legislador estadual - Taxa SELIC que, por sinal, já se presta a impedir que o contribuinte inadimplente possa ser beneficiado com vantagens na aplicação dos valores retidos em seu poder no mercado financeiro, bem como compensar o custo do dinheiro eventualmente captado pelo ente público para cumprir suas funções - Fixação originária de 0,13% ao dia que, de outro lado, contraria a razoabilidade e a proporcionalidade, a caracterizar abuso de natureza confiscatória, não podendo o Poder Público em sede de tributação agir imoderadamente - Possibilidade, contudo, de acolhimento parcial da arguição, para conferir interpretação conforme a Constituição, em consonância com o julgado precedente do Egrégio STF na ADI nº 442 - Legislação paulista questionada que pode ser considerada compatível com a CF, desde que a taxa de juros adotada (que na atualidade engloba a correção monetária), seja igual ou inferior à utilizada pela União para o mesmo fim - Tem lugar, portanto, a declaração de inconstitucionalidade da interpretação e aplicação que vêm sendo dada pelo Estado às normas em causa, sem alterá-las gramaticalmente, de modo que seu alcance valorativo fique adequado à Carta Magna (art. 24, inciso I e § 2º) - Procedência parcial da arguição. (Des. PAULO DIMAS MASCARETTI, j. 27/02/2013).

Desta forma, ficou estabelecido os juros moratórios no percentual previsto pela Taxa SELIC, ante a não observância da taxa formada pela Lei Estadual de São Paulo nº 13.918/09.

### 3. Constatações e Análises Periciais

#### 3.1 Do valor exigido

No que tange ao valor exigido na presente **Ação**, a **Requerida** juntou aos autos cópia do Procedimento Administrativo que enseja o AIIM de nº 4.037.656-4 lavrado em 26/02/2014 (fls. 180/349 dos autos), do qual a **Perícia** assim reproduz a seguir o Demonstrativo do Débito Fiscal:

**Tabela 1:** Anexo ao AIIM nº 4.037.656-4 de 26/02/2014 (fl. 182 dos autos)

Item do AIIM	Valor Original do Tributo (R\$)	Termo Inicial Juros	Taxa Juros FESP (%)	Valor dos Juros (R\$)	Valor Básico Multa (R\$)	Termo Inicial – Multa	Taxa Juros FESP (%)	Valor Básico Atualizado (R\$)	Multa (%)	Valor Multa (R\$)
1	138.240,00	31/10/2012	14,78	20.431,87	844.800,00	31/10/2012	14,78	969.661,44	50,00	484.830,72
<b>TOTAL</b>	<b>138.240,00</b>			<b>20.431,87</b>	<b>844.800,00</b>			<b>969.661,44</b>		<b>484.830,72</b>

**Constatação:** Dos valores supracitados, observa-se que o principal de imposto remonta em de **R\$ 138.240,00** que, sendo base de cálculo para incidência da **taxa de juros nos patamares de 14,78%** resulta em **R\$ 20.431,87** a título de juros, enquanto o valor básico para cálculo da multa punitiva remonta em **R\$ 844.800,00** que, no mesmo percentual de atualização aplicado, resulta em **R\$ 969.661,44**, figurando como base de cálculo para aplicação de 50%, resultando em **R\$ 484.830,72** de multa punitiva imposta. Neste sentido, o cerne da questão, consoante alegações da **Requerente** em inicial e seguintes, é pela irregularidade do percentual de **atualização de 14,78%** a título de percentual de juros e atualização do valor básico para incidência da multa.

Válido destacar que, do que se depreende da análise do AIIM *sub judice*, tem-se no Relato da Infração (fl. 31 dos autos) que o valor relativo ao principal do imposto no montante de **R\$ 138.240,00** refere-se ao aproveitamento indevido de crédito de ICMS decorrente da escrituração de documentos fiscais que não correspondem a entrada de mercadorias do estabelecimento ou aquisição de sua propriedade sendo que estes documentos fiscais não atendem às condições previstas no item 3 do § 1º do art. 59 do RICMS/2000.

O período autuado compreende as notas emitidas em outubro de 2012 pela empresa Anelka Metais Não Ferrosos Ltda., a qual teve sua inscrição estadual declarada nula com efeitos retroativos desde 03/08/2012, ou seja, abarcando o período em que a **Requerente** manteve relações comerciais e encriturou documentos tidos como inidôneos pela **FESP**.

No entanto, restringindo-se ao juízo técnico pericial demandado na presente Ação, a qual limita o escopo da prova para tão somente confirmação dos valores a título de correção e juros incididos sobre o principal do imposto e valores básicos de multa punitiva pela aplicação da taxa de 14,78% em detrimento da Taxa SELIC, a **Perícia** não adentrará no mérito da questão quanto à análise da origem do principal e sua composição.

### 3.2 Da constituição das atualizações e juros do principal e multa punitiva

Do que consta aos Autos, a **Perícia** identificou vasta documentação por parte da **Requerida** no que se refere ao Procedimento Administrativo (fls. 180/349 dos autos) impetrado e que fundamenta do AIIM *sub judice*, corroborando com a composição do débito exigido, conforme referenciado no Subtópico 1.4.2 - Da análise dos documentos juntados aos autos do processo retro, a **Perícia** avaliou os dados disponíveis no intuito de ratificá-los.

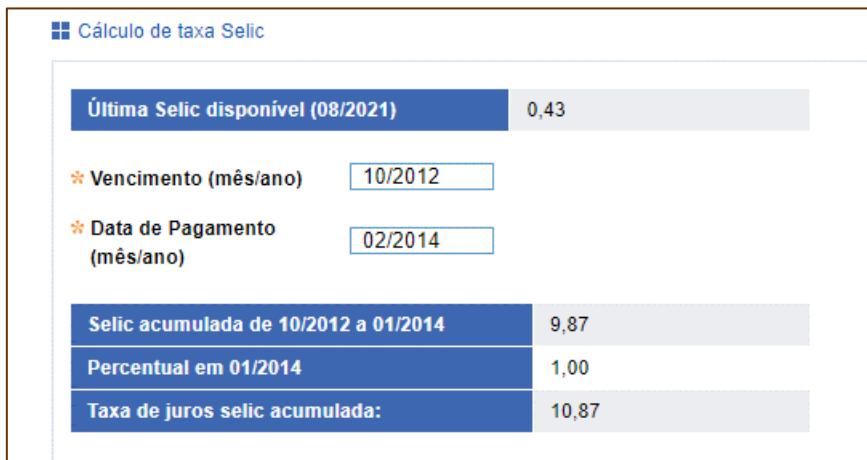
### 3.3 Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas em cotejo com a Taxa SELIC

Conforme constatado no tópico anterior, a **FESP** aplicou na data da lavratura do AIIM de nº 4.037.656-4 taxas nos patamares de **14,78%**, tanto para cálculo dos juros sobre o principal como para a atualização do valor básico para cálculo da multa punitiva, sendo esta a controvérsia que origina o exame pericial no caso em tela, uma vez que se alega na exordial que referida taxa supera os patamares da Taxa SELIC.

Neste diapasão, eximindo-se de quaisquer juízos de valor quanto à aplicabilidade ou não da Taxa SELIC em substituição às taxas adotadas pela **Requerida**, sendo esta atribuída oportunamente ao Juízo, a **Perícia** perseguiu na própria fonte de cálculo dos débitos tributários administrados pela União, qual seja o sítio da Receita Federal do Brasil<sup>3</sup>, obtendo o que segue:

<sup>3</sup> Fonte: <https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/selic/consulta>.

**Figura 1:** Taxa SELIC acumulada extraída do SICALC (Programa de Atualização Débitos da RFB)



**Constatação:** Constatase que, considerando o termo inicial em outubro de 2012 (mês de competência das transações autuadas) e o mês da lavratura do AIIM (fevereiro de 2014), a Taxa SELIC Acumulada nos moldes estabelecidos pela União para os juros e correção dos débitos tributários perfaz **10,87%** na data da lavratura do AIIM.

Dessa forma, para fins de comparação entre o cálculo original do AIIM *sub judice* (pautado na Lei Estadual nº 13.918/2009) e a tese da **Requerente** que requer limitação dos juros e correção aos patamares da Taxa SELIC (Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.212.8.26.000), a Perícia substituiu o **percentual de 14,78% (originário) por 10,87% (Taxa SELIC acumulada conforme Receita Federal do Brasil)**, vejamos:

**Tabela 2:** Recálculo do Anexo ao AIIM nº 4.037.656-4 em 26/02/2014

Item do AIIM	Valor Original do Tributo (R\$)	Termo Inicial Juros	Taxa Juros SELIC (%)	Valor dos Juros (R\$)	Valor Básico Multa (R\$)	Termo Inicial – Multa	Taxa (%)	Valor Básico Atualizado (R\$)	Multa (%)	Valor Multa (R\$)
1	138.240,00	31/10/2012	10,87	15.026,69	844.800,00	31/10/2012	10,87	936.629,76	50,00	468.314,88
<b>TOTAL</b>	<b>138.240,00</b>			<b>15.026,69</b>	<b>844.800,00</b>			<b>936.629,76</b>		<b>468.314,88</b>

**Constatação:** Constatase que, aplicando a taxa de **10,87%** identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da **Requerente**), o resultado de juros perfaz o montante de **R\$ 15.026,69** enquanto o valor básico da multa punitiva atualizado em fevereiro de 2014 resulta no montante de **R\$ 936.629,76**, figurando como base de cálculo para aplicabilidade da multa calculada em **R\$ 468.314,88**.

Dessa forma, visando ilustrar a comparação entre os valores resultantes do AIIM originário e aqueles calculados pela **Perícia** consoante tese da **Requerente**, vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 3:** Resumo da comparação entre Juros e Multa do AIIM Original em cotejo com o Recálculo (Taxa SELIC)

Origem	Valor dos Juros (R\$)	Valor da multa (R\$)	Diferença total (R\$)
AIIM Original	20.431,87	484.830,72	
AIIM Recálculo	15.026,69	468.314,88	
<b>DIFERENÇA</b>	<b>5.405,18</b>	<b>16.515,84</b>	<b>21.921,02</b>

**Constatação:** Constatase que, entre o cálculo do AIIM originário e o recálculo da **Perícia**, apura-se uma diferença de juros exigidos a maior da **Requerente** em R\$ 5.405,18, da mesma forma apurando-se a diferença a maior de R\$ 16.515,84 a título de multa punitiva, totalizando uma diferença de R\$ 21.921,02 na data-base 26/02/2014 (data da lavratura).

Portanto, conclui-se que o percentual de 14,78% adotado como taxa juros aplicada sobre o principal do imposto e adotada para correção do valor básico (base de cálculo) da multa punitiva é superior aos patamares da Taxa SELIC que, para o mesmo período de lavratura do AIIM, resulta em 10,87% consoante parâmetros estabelecidos pela Receita Federal do Brasil (União), nos termos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.212.8.26.000, ofertando à V. Exa. o resultado deste e ficando este **signatário** à disposição para as atualizações que julgar necessárias.

#### 4. Considerações finais

O Laudo Pericial Contábil foi estruturado a partir de bases provenientes das normas contábeis disseminadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as práticas contábeis, os conceitos da matemática financeira atinentes e atendimento às normas relativas à elaboração e apresentação de elementos consignados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Trata-se de Ação Ordinária com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela ajuizada por **SPS – Suprimentos para Siderurgia Ltda. (SPS ou Requerente)** em face da **Fazenda Pública do Estado de São Paulo (FESP ou Requerida)**, distribuídos sob o número **1005733-67.2020.8.26.0053**.

Em relação ao *quanto debeatur*, o trabalho pericial examinou os documentos juntados aos autos, em especial o AIIM 4.037.656-4 lavrado em vinte e seis de fevereiro de 2014, originando a CDA nº 1.206.810.346 de janeiro de 2016.

Restringindo-se ao objeto da demanda, qual seja da constatação da aplicabilidade de taxa de juros e de correção especificadas no AIIM em detrimento da limitação aos patamares da Taxa SELIC, consoante julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.000, a **Perícia** passou a obter, para que não reste dúvida, no próprio sítio da Receita Federal do Brasil a Taxa SELIC para época da lavratura do AIIM *sub judice*, constatando:

- (i) Do AIIM 4.037.656-4 (fls. 180/183 dos autos), constatou-se que o principal de imposto remonta em **R\$ 138.240,00** que, sendo base de cálculo para incidência da taxa de juros nos patamares de 14,78% resulta em **R\$ 20.431,87** a título de juros, enquanto que, o valor básico para cálculo da multa punitiva remonta em **R\$ 844.800,00** que, no mesmo percentual de atualização aplicado (**14,78%**), resulta em **R\$ 969.661,44**, figurando como base de cálculo para aplicação de 50% (percentual da penalidade), resultando em **R\$ 484.830,72** de multa punitiva aplicada, valores à época da lavratura em 26/02/2014.
- (ii) A **Perícia** perseguiu a Taxa SELIC considerando os parâmetros de termo inicial (outubro de 2012) e data da lavratura do AIIM *sub judice* (fevereiro de 2014), na própria fonte de cálculo dos débitos tributários administrados pela União (sítio da Receita Federal do Brasil), constatando que, a Taxa SELIC Acumulada perfaz 10,87% considerando a data da lavratura do AIIM.
- (iii) Dessa forma, aplicando a taxa de **10,87%** identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da Requerente), o resultado de juros perfaz o montante de **R\$ 15.026,69** sobre o principal, enquanto o valor básico da multa punitiva resulta no montante de **R\$ 936.629,76**, figurando como base de cálculo para aplicabilidade da multa calculada em **R\$ 468.314,88**.

- (iv) Desta feita, a Tabela 3: Comparação entre Juros e Multa do AIIM Original vs Recálculo (Taxa SELIC) do Subtópico 3.3 - Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas vs Taxa SELIC apresenta uma diferença total de **R\$ 21.921,02** (somatório dos juros exigidos a maior da Requerente em **R\$ 5.405,18** com a diferença a maior de **R\$ 16.515,84** a título de multa punitiva), em virtude da aplicação da taxa de **14,78%** em detrimento dos limites da Taxa SELIC acumulada, a qual resultou em **10,87%** para o mesmo período.

## 5. Encerramento

Assim, encerra-se o presente **Laudo Pericial Contábil**, emitido em **33 (trinta e três) páginas**, processados eletronicamente e estando a última página assinada e datada.

Acompanha a presente peça os seguintes **Apêndices e Anexos**:

### Apêndices:

Apêndice A: Respostas aos Quesitos da Requerente; e

Apêndice B: Respostas aos Quesitos da Requerida.

Aproveita-se o ensejo para agradecer a nobre oportunidade de ter servido V. Exa. nos aspectos contábeis aplicadas à matéria, se colocando à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, bem como para novos trabalhos.

Nesses termos em que, respeitosamente, pede e espera deferimento.

São Paulo, data do protocolo.



Leonel Carlos Dias Ferreira

CRC nº 1 SP 305.622/O-5 | CNPC/CFC nº 4.188 | CNAI/CFC nº 7.758

## **Apêndice A:**

# **Respostas aos Quesitos da Requerente**

**A. Quesitos formulados pela Requerente**

**1. Com relação à base de cálculo da multa punitiva:**

- Qual foi o índice utilizado pela FESP para obtenção do “Valor Básico Atualizado” da multa (colunas 8 e 9 do demonstrativo do débito fiscal acostado às fls. 33)?**

**Resposta:** O índice adotado pela **FESP** para obtenção do “Valor Básico Atualizado” da multa, representado pelo montante de **R\$ 969.661,44**, foi de **14,78%** (coluna 8) incidente sobre o valor básico de **R\$ 844.800,00** (coluna 6) do Demonstrativo do Débito Fiscal à fl. 33 dos autos.

- Qual foi a Taxa SELIC acumulada neste mesmo período?**

**Resposta:** Conforme minuciosamente explanado no [Subtópico 3.3 - Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas vs Taxa SELIC](#) deste Laudo Pericial Contábil, a **Perícia** perseguiu a Taxa SELIC considerando os parâmetros de termo inicial (outubro de 2012) e data da lavratura do AIIM *sub judice* (fevereiro de 2014), na própria fonte de cálculo dos débitos tributários administrados pela União (sítio da Receita Federal do Brasil), constatando que, a **Taxa SELIC acumulada** perfaz, em verdade, **10,87%** na data da lavratura do AIIM.

- Podemos afirmar que os percentuais aplicados pela FESP para obtenção do “Valor Básico Atualizado” são superiores à Taxa SELIC?**

**Resposta:** Positiva é a resposta, em virtude da aplicação da taxa de **14,78%** em detrimento dos limites da Taxa SELIC Acumulada, a qual resultou em **10,87%** para o mesmo período.

- Podemos afirmar que ao aplicarmos a Taxa SELIC para obtenção do “Valor Básico Atualizado” da multa o valor final efetivamente devido pela Autora a título de multa punitiva será reduzido?

**Resposta:** Positiva é a resposta. Aplicando-se a taxa de **10,87%** identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da **Requerente**), o valor básico da multa punitiva resulta no montante de **R\$ 936.629,76**, figurando como base de cálculo para aplicabilidade da multa calculada em **R\$ 468.314,88** sendo inferior ao montante calculado originalmente no AIIM *sub judice*, qual seja de **R\$ 484.830,72** para o mesmo período.

## 2. Com relação aos juros de mora do principal:

- Qual foi o índice utilizado pela FESP para cálculo dos juros de mora do principal?

**Resposta:** O índice adotado pela **FESP** para cálculo dos juros de mora do principal foi de **14,78%** (coluna 4) incidente sobre o valor principal de **R\$ 138.240,00** (coluna 2), resultando no montante de **R\$ 20.431,87** (coluna 5) de juros evidenciado no Demonstrativo do Débito Fiscal à fl. 33 dos autos na data da lavratura.

- Qual foi a Taxa SELIC acumulada neste mesmo período?

**Resposta:** Conforme minuciosamente explanado no **Subtópico 3.3 – Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas em cotejo com a Taxa SELIC** deste Laudo Pericial Contábil, a **Perícia** perseguiu a Taxa SELIC considerando os parâmetros de termo inicial (outubro de 2012) e data da lavratura do AIIM *sub judice* (fevereiro de 2014), na própria fonte de cálculo dos débitos

tributários administrados pela União (sítio da Receita Federal do Brasil), constatando que, a Taxa SELIC acumulada perfaz **10,87%** na data da lavratura do AIIM.

- **Podemos afirmar que os percentuais aplicados pela FESP para cálculo dos juros de mora do principal são superiores à Taxa SELIC?**

**Resposta:** Positiva é a resposta, em virtude da aplicação da taxa de **14,78%** em detrimento dos limites da Taxa SELIC Acumulada, a qual resultou em **10,87%** para o mesmo período.

- **Podemos afirmar que ao aplicarmos a Taxa SELIC para cálculo dos juros de mora do principal o valor final efetivamente devido pela Autora a título de juros de mora do principal será reduzido?**

**Resposta:** Positiva é a resposta, aplicando a taxa de 10,87% identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da **Requerente**), o resultado dos juros de mora perfaz o montante de **R\$ 15.026,69**, sendo inferior ao montante calculado originalmente no AIIM *sub judice*, qual seja, de **R\$ 20.431,87** para o mesmo período.

### 3. Com relação aos juros de mora da multa:

- **Qual foi o índice utilizado pela FESP para cálculo dos juros de mora do principal?**

**Resposta:** Considerando a referência do quesito, comprehende a Perícia que se trata de análise da CDA de n° **1.206.810.346** na qual é o único documento acostado aos autos que se visualiza os juros de mora incidentes sobre a multa punitiva.

Neste sentido, vejamos a reprodução da CDA acostada à fl. 349 dos autos:

**Figura 2:** CDA nº 1206810346 acostada à fl. 349 dos autos (emitida em 06/01/2021)<sup>4</sup>

Chrome 96.0.4664.110 06/01/2022 18:18 | 20-1

### Consultar Débito

Atenção

Condições gerais de pagamento e parcelamento

Dados Nº de Registro/CDA

Nº de Registro/CDA:	1206810346	Data de Inscrição:	18/01/2016
Número do Processo (Unificado):	1500014-05.2016.8.26.0177	Número do Processo (Outros):	1500014-05.2016.8.26.0177
Situação:	Inscrito	Número do Aiim:	4037656
Saldo (R\$):	1.375.268,39		

Receitas do Débito

Tipo de Receita	Valor (R\$)
Principal	138.240,00
Juros de Mora do Principal	134.977,54
Multa Punitiva	484.830,00
Juros de Mora da Multa Punitiva	388.009,45
Honorários Advocatícios	229.211,40

Natureza da Dívida / Origem

<b>ICMS Autuação</b> inscrito por SECRETARIA DA FAZENDA			
Referências			
Data	Valor	Data Início dos Juros	Data Início da Correção
01/10/2012	R\$ 138.240,00	31/10/2012	31/10/2012

Voltar

É possível observar que, a CDA supracitada foi emitida com posição de 06/08/2021, considerando que, nesta data, o valor de juros de mora da multa punitiva remonta em **R\$ 388.009,45** sobre o valor principal da multa de **R\$ 484.830,00**, ou seja, depreende-se que o percentual de juros aplicado é de **80,04%**.

- Qual foi a Taxa SELIC acumulada neste mesmo período?

**Resposta:** Considerando que se trata de novo posicionamento temporal de comparação, a **Perícia** perseguiu a Taxa SELIC acumulada

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/consultas/consultarDebito.jsf>

considerando os parâmetros de termo inicial (outubro de 2012) e data do posicionamento da CDA de fl. 349 (agosto de 2021), na própria fonte de cálculo dos débitos tributários administrados pela União (sítio da Receita Federal do Brasil<sup>5</sup>), constatando que, a Taxa SELIC acumulada perfaz 74,79% para o mesmo período, vejamos:

**Figura 3:** Taxa SELIC acumulada extraída do SICALC (Programa de Atualização Débitos da RFB)

**Cálculo de taxa Selic**

<b>Última Selic disponível (12/2021)</b>	0.77
<b>* Vencimento (mês/ano)</b>	10/2012
<b>* Data de Pagamento (mês/ano)</b>	01/2022
<b>Selic acumulada de 10/2012 a 12/2021</b>	73.79
<b>Percentual em 12/2021</b>	1.00
<b>Taxa de juros selic acumulada:</b>	<b>74.79</b>

**Calcular**

- Podemos afirmar que os percentuais aplicados pela FESP para cálculo dos juros de mora da multa punitiva são superiores à Taxa SELIC?

**Resposta:** Positiva é a resposta. Em virtude da aplicação da taxa de **80,04%** em detrimento dos limites da Taxa SELIC acumulada, a qual resultou em 74,79% para o mesmo período.

<sup>5</sup> Fonte: <https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/selic/consulta>. Acesso em: 17/09/2021.

- 
- Podemos afirmar que ao aplicarmos a Taxa SELIC para cálculo dos juros de mora da multa punitiva o valor final efetivamente devido pela Autora a título de juros de mora da multa punitiva será reduzido?

**Resposta:** Positiva é a resposta, aplicando a taxa de 74,79% identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da **Requerente**), o resultado dos juros de mora da multa punitiva perfaz o montante de R\$ 350.252,70 já considerando que o percentual de 74,79% seja aplicado sobre a multa punitiva recalculada no valor de R\$ 468.314,88, sendo inferior ao montante calculado originalmente na CDA de fl. 349 dos autos, em referência ao quanto perquirido no quesito.

## **Apêndice B: Respostas aos Quesitos da Requerida**

## B. Quesitos formulados pela Requerida

1. Queira o I. Perito Judicial transcrever na íntegra os itens destacados no "Relato da Infração do documento 1 (fls.31/34), AIIM nº 4.037.656, destacando o montante das operações que infringiram o RICMS, e serviram como base para multa punitiva;

**Resposta:** Visando prover celeridade e economicidade processual, respeitosamente, a Perícia pede reporte ao AIIM nº **4.037.656-4** acostado na íntegra às fls. 180/183 dos autos, para visualização do quanto perquirido no atual quesito.

2. Queira o I. Perito Judicial informar, conforme os documentos acostados nos autos, se Agente Fiscal atuante observou integralmente e relatou, os registros contábeis da Autora para fundamentar a lavratura do mencionado Auto de infração e imposição de Multa que originou a Certidão de Dívida Ativa ora executada.

**Resposta:** Esclarece este signatário que, conforme explanado no item "**1.2 Deferimento, objeto e objetivo da Perícia**" do Laudo Pericial Contábil, restringindo-se ao juízo técnico pericial demandando na presente Ação, a Perícia limita o escopo da prova para tão somente confirmação dos valores a título de correção e juros incididos sobre o principal do imposto e valores básicos de multa punitiva pela aplicação da taxa de 14,78% adotada na data da lavratura do AIIM em detrimento da Taxa SELIC, não adentrando, portanto, no mérito da questão quando a análise da origem do principal e sua composição, motivo pelo qual, prejudicada a resposta.

3. Queira o I. Perito Judicial informar, qual a penalidade por creditar-se indevidamente do ICMS, com fundamento no item 3 do §1º do artigo 59 do

---

**RICMS/2000. INFRINGÊNCIA: Arts. 59, §1º, item 3, arts. 61, art. 64, Inc. I, do RICMS (Dec.45.490/00)**

**Resposta:** Visando prover celeridade e economicidade processual, respeitosamente, a **Perícia** pede reporte a resposta ao quesito imediatamente anterior.

4. Queira o I. Perito Judicial demonstrar, se houve observação no documento 1 (fls.31/34), AIIM nº 4.037.656, e quais os termos e condições do Artigo 95, incisos I e II e §§ 1º e 8º, da Lei 6.374/89, na redação dada pela Lei 13.918/09, de 22/12/2009, para a multa e, nos termos do artigo 100 do Decreto nº 54.486/2009, sobre prazo para a defesa;

**Resposta:** Atendendo ao quanto perquirido, a **Perícia** confirma que as referências de legislação sugerida no quesito estão contempladas no AIIM *sub judice* (fls. 31/34 dos autos), de modo que, reproduz a capitulação legal no que concerne as penalidades aplicadas, uma vez que está contemplado no objeto da demanda, vejamos:

**Artigo 95 Inciso I e II e § 1º e 8º da Lei 6.374/89, redação dada pela Lei 13.918/09**

“(...)

**Artigo 95** - Pode o autuado pagar a multa aplicada nos termos do artigo 85 desta lei, com desconto de: (NR)

I - 70% (setenta por cento), dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da lavratura do auto de infração; (NR)

II - 60% (sessenta por cento), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da lavratura do auto de infração; (NR)

(...)

§ 1º - Condiciona-se o benefício ao integral pagamento do débito. (NR)

(...)

§ 8º – Tratando-se de penalidade aplicada sobre o valor do imposto, a aplicação dos descontos previstos neste artigo não poderá resultar em penalidade inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto. (NR)

(...)

**Artigo 100 do Decreto nº 54.486/2009**

(...)

**Artigo 100** - Lavrado o auto de infração, terão início os procedimentos de cobrança administrativa, devendo o autuado ser notificado a recolher o débito fiscal, com o desconto de lei, quando houver, ou a apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no “caput” deste artigo sem que haja o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o auto de infração será encaminhado à Delegacia Regional Tributária da circunscrição do autuado para a sua ratificação pelo Delegado Regional Tributário.

§ 2º - Após a ratificação do auto de infração, e encerrados os procedimentos de cobrança administrativa sem o devido recolhimento ou acordo de parcelamento, o débito fiscal será inscrito na dívida ativa.

§ 3º - Em caso de apresentação de defesa parcial, e não sendo recolhido ou parcelado o débito fiscal correspondente à exigência não impugnada, o órgão de julgamento providenciará a formação de processo em apartado para os fins previstos nos parágrafos anteriores, consignando-se essa circunstância mediante termo no processo original e prosseguindo-se no julgamento quanto às exigências impugnadas.

§ 4º - Considera-se parcial a defesa na qual o interessado não conteste, de forma expressa, um ou mais itens de acusação.

(...)

- 
5. Queira o I. Perito Judicial demonstrar, a composição de cálculo dos valores apresentados no documento 1 (fls.31/34), e em comparação as fundamentações legais por “infringência” e “Capitulação da Multa”, responder se os mesmos cálculos correspondem corretamente com o apurado.:

**Resposta:** Conforme amplamente explanado no Subtópico 3.1 - Do valor exigido do Laudo Pericial Contábil, a Tabela 1: Anexo ao AIIM nº 4.037.656-4 de 26/02/2014 (fl. 182 dos autos) evidencia a evolução do cálculo impetrado no AIIM *sub judice*, mais precisamente pela reprodução do Demonstrativo do Débito Fiscal, no qual se pode constatar que, o principal de imposto remonta em R\$ 138.240,00 que, sendo base de cálculo para incidência da taxa de juros nos patamares de 14,78% resulta em R\$ 20.431,87 a título de juros, enquanto que, o valor básico para cálculo da multa punitiva remonta em R\$ 844.800,00 que, no mesmo percentual de atualização aplicado, resulta em R\$ 969.661,44, figurando como base de cálculo para aplicação de 50%, resultando em R\$ 484.830,72 de multa punitiva imposta.

No que se refere a comparação com a capitulação legal, ressalva a **Perícia** que a “infringência” e “capitulação da multa”, não se configuram matéria a ser apreciada no objeto da prova pericial perquirida, mas sim, tão somente as taxas incididas sobre o principal (figurando os juros) e sobre o valor básico (figurando correção) para aplicação do percentual de multa de 50%, do qual não se discute nesta fase processual.

6. Queira o I. Perito Judicial informar, se a coluna 9 do cálculo de fl. 33, demonstra a correta aplicação do §9º do art. 85 da lei 6.374/89?

**Resposta:** Considerando a referência sugerida no quesito, a coluna 9 do cálculo de fl. 33 dos autos é resultando da aplicação da taxa

de **14,78%** (coluna 8) sobre o valor básico de **R\$ 844.800,00** (coluna 6) resultando assim no importe de **R\$ 969.661,44**, (coluna 9), sendo que, assim tem-se a capitulação legal do §9º do art. 85 da Lei 6.374/89:

(...)

§ 9º - As multas previstas neste artigo, excetuadas as expressas em UFESP, devem ser calculadas sobre os respectivos valores básicos atualizados observando-se o disposto no artigo 96 desta lei; (NR)

(...)

**Artigo 96 da Lei 6.374/89**

(...)

Artigo 96 - O montante do imposto ou da multa, aplicada nos termos do artigo 85 desta lei, fica sujeito a juros de mora, que incidem: (NR)

I - relativamente ao imposto: (NR)

a) a partir do dia seguinte ao do vencimento, caso se trate de imposto declarado ou transcrita pelo fisco nos termos dos artigos 56 e 58 desta lei, de parcela devida por contribuinte enquadrado no regime de estimativa e de imposto exigido em auto de infração, nas hipóteses das alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j" e "l" do inciso I do artigo 85 desta lei; (NR)

b) a partir do dia seguinte ao último do período abrangido pelo levantamento, caso se trate de imposto exigido em auto de infração na hipótese da alínea "a" do inciso I do artigo 85 desta lei; (NR)

c) a partir do mês em que, desconsiderada a importância creditada, o saldo tornar-se devedor, caso se trate de imposto exigido em auto de infração, nas hipóteses das alíneas "b", "c", "d", "h", "i" e "j" do inciso II do artigo 85 desta lei; (NR)

d) a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a falta de pagamento, nas demais hipóteses; (NR)

II - relativamente à multa aplicada nos termos do artigo 85 desta lei, a partir do segundo mês subsequente ao da notificação da lavratura do auto de infração. (NR)

§ 1º - A taxa de juros de mora é equivalente: (NR)

1 - por mês, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente; (NR)

2 - a 1% (um por cento) para fração de mês, assim entendido qualquer período de tempo inferior a um mês; (NR)

§ 2º - Ocorrendo a extinção, substituição ou modificação da taxa prevista no item 1 do § 1º, o Poder Executivo adotará outro indicador oficial que reflita o custo do crédito no mercado financeiro. (NR)

§ 3º - O valor dos juros deve ser fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia. (NR)

§ 4º - Na hipótese de auto de infração, pode o regulamento dispor que a fixação do valor dos juros se faça em mais de um momento. (NR)

§ 5º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere este artigo. (NR)

(...)

Objetivamente, conclui-se que o percentual de **14,78%** adotado como taxa juros aplicados sobre o principal do imposto e adotada para correção do valor básico (base de cálculo) da multa punitiva é, fatidicamente, superior aos patamares da Taxa SELIC que, para o mesmo período de lavratura do AIIM, resulta em **10,87%** consoante parâmetros estabelecidos pela Receita Federal do Brasil - União.

**7. Queira o I. Perito Judicial, demonstrar qual valor apurou em seus cálculos como montante principal, juros e multa punitiva à época e demonstrá-las:**

**Resposta:** Conforme minuciosamente explanado no [Subtópico 3.3 – Das Taxas de Juros e Correção Aplicadas em cotejo com a Taxa SELIC](#) deste Laudo Pericial Contábil, a **Perícia** perseguiu a

Taxa SELIC considerando os parâmetros de termo inicial (outubro de 2012) e data da lavratura do AIIM *sub judice* (fevereiro de 2014), na própria fonte de cálculo dos débitos tributários administrados pela União (sítio da Receita Federal do Brasil), constatando que, a Taxa SELIC acumulada perfaz **10,87%** na data da lavratura do AIIM.

Dessa forma, aplicando a taxa de **10,87%** identificada no próprio programa que acumula a Taxa SELIC e que remunera os débitos federais (tese da **Requerente**), o resultado de juros perfaz o montante de **R\$ 15.026,69** sobre o principal, enquanto o valor básico da multa punitiva resulta no montante de **R\$ 936.629,76**, figurando como base de cálculo para aplicabilidade da multa calculada em **R\$ 468.314,88**.

Assim, apurou-se uma diferença total de **R\$ 21.921,02** (somatório dos juros exigidos a maior da **Requerente** em **R\$ 5.405,18** apurando-se, da mesma forma, a diferença a maior de **R\$ 16.515,84** de multa punitiva), em virtude da aplicação da taxa de 14,78% em detrimento dos limites da Taxa SELIC Acumulada, a qual resultou em **10,87%** para o mesmo período.